

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO VOLUNTÁRIO COMO AUXILIAR NA EDUCAÇÃO DE INFANTES ABRIGADOS

Bárbara A. C. Carvalho

Formação: Especialista em Gestão do Terceiro Setor-FGV/SP,
Coordenadora de relações institucionais e do setor de Voluntariado e
Tutora de uma das casas abrigo do Lar Sírio Pró-Infância.
E-mail: barbara.acciolly@bol.com.br

Paula Approbato Oliveira

Graduada em Psicologia - Mackenzie/SP, psicóloga
institucional do Lar Sírio Pró-infância.

RESUMO: Este artigo traz algumas considerações sobre o trabalho voluntário em abrigos e seu papel de auxílio na educação de crianças e adolescentes institucionalizados. No contexto dos abrigos, as oportunidades para trocas afetivas são escassas e o voluntário pode colaborar com a equipe de profissionais no trabalho com os infantes. Tendo em vista que vínculos positivos auxiliam diretamente na auto-estima, desenvolvimento e aprendizagem, o voluntário que adota uma postura afetiva pode interferir positivamente na educação de crianças e adolescentes. Para isso, o voluntário necessita de esclarecimentos sobre os papéis a serem desempenhados e acompanhamento constante da equipe técnica do abrigo.

PALAVRAS CHAVE: Educação. Voluntariado. Abrigo.

ABSTRACT: This article makes some considerations about voluntary work with children and teenagers living in a sheltered home and their role in the children's education. In that context, the opportunities of affection relationships are scarce and the volunteer can cooperate with the professional team while working with the children. While positive links aids in improving the children's self-esteem, development and learning, the volunteer that adopts an affection conduct helps with the children and teenagers' education. Therefore, the volunteer needs information about the roles to be performed and frequent support from the institution professional team.

KEYWORDS: Education. Voluntary work. Shelter.

Este artigo propõe a reflexão sobre a importância do trabalho voluntário no contexto de abrigo, tendo em vista as peculiaridades emocionais do desenvolvimento de crianças institucionalizadas. Desta forma, a abordagem do tema do objeto de estudo será iniciada com a retomada de alguns pontos relevantes sobre abrigos e voluntariado.

Segundo definição das Nações Unidas, “o voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social, ou outros campos [...]”.

Em recente estudo realizado na Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, definiu-se o voluntário como ator social e agente de transformação, que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade; doando seu tempo e conhecimentos. Realiza um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa, como às suas próprias motivações pessoais, sejam essas de caráter religioso, cultural, filosófico, político, emocional.

Observa-se que ao longo da história crianças foram abandonadas, abusadas e negligenciadas. O “cuidado” com crianças carentes e abandonadas no Brasil teve início somente no final do século XVIII, com a implementação do sistema importado da Europa denominado “roda dos Expostos”. Inicialmente, as Irmandades, como as Santas Casas de Misericórdia, assumiram a responsabilidade por essas crianças (CARVALHO, 1993).

Devido às dificuldades financeiras, ao crescente aumento de crianças abandonadas e à incapacidade das Casas de Misericórdia em abrigar todas as crianças, que ficavam sem ter para onde ir e passavam a viver nas ruas, prostituindo-se, mendigando esmolas e praticando pequenos furtos, começaram a surgir as instituições filantrópicas de proteção à infância desamparada. Além disso, ordens religiosas de caridade fundaram asilos, orfanatos, patronatos e seminários por toda parte (MARCÍLIO, 2001).

Histórica e culturalmente, a existência de internatos ou orfanatos, afastados da cidade ou com altos muros, era tolerada e entendida como uma iniciativa de proteção necessária, embora se constituíssem em verdadeiras prisões. Psicólogos, médicos e pesquisadores em geral apresentaram diversos estudos mostrando os prejuízos do isolamento, da massificação e da ausência de convívio familiar e comunitário ao desenvolvimento da criança e do adolescente (GUARÁ, 1998).

Em 1990, ano em que foi aprovada no Brasil a lei de proteção à infância e à adolescência, baseada nos princípios da Convenção Internacional dos Direitos da Criança - o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, foram propostas mudanças importantes na estrutura de atendimentos existentes para garantir os direitos dessa população (GUARÁ, 1998).

O ECA é a Lei Federal nº 8069, de 13 de Julho de 1990, que substituiu o antigo Código de menores, atendendo ao disposto do Artigo 227 da Constituição Federal. Foi com base na consolidação do ECA, que foram criadas leis para que se respeite a criança e o adolescente como cidadãos sujeitos de direitos e deveres, conferindo-lhes prioridade absoluta, sobretudo na elaboração e implementação de políticas públicas.

Se por um lado, os abrigos protegem as crianças de omissões, negligência, abusos e agressões, por outro, pode trazer conseqüências e efeitos ao seu desenvolvimento. O processo de abrigamento pode levar o infante a apresentar sintomas de diversas ordens, como alterações no desenvolvimento cognitivo, linguagem e rendimento escolar.

A falta de vida em família; a dificuldade em obter atenção individualizada; os obstáculos ao desenvolvimento de atividades ou à expansão de tendências particulares a cada um; a submissão à disciplina e rotina rígidas; o convívio restrito às mesmas pessoas em todas as atividades diárias com pouco contato com a comunidade são aspectos que dificultam o desenvolvimento sadio da criança nos abrigos (CECIF, 2004).

Sendo assim, nota-se que na institucionalização há pouco espaço para as necessidades individuais e poucas oportunidades para trocas afetivas. Muitas vezes esta realidade é determinada pelo acúmulo de tarefas das pessoas envolvidas com o trabalho institucional, refletindo diretamente na infância e conseqüentemente no desenvolvimento dos abrigados (CECIF, 2004).

A infância é o período mais marcante da vida. É quando começamos a expandir nossos horizontes e conhecer o mundo. Ao nascer, o ser humano tem necessidade de proteção, amor e cuidado. São os contatos diários que vão formando a base de sua identidade, e será através do relacionamento humano que ele passará a interiorizar sentimentos bons ou ruins que influenciarão de forma definitiva na sua maneira de ver e estar no mundo (CECIF, 2004).

Outro fator fundamental para a formação dos infantes são os vínculos afetivos. Diversos autores citam a importância de vínculos afetivos para que haja um desenvolvimento saudável da criança. Segundo Bowlby (1988) “[...] a propensão a estabelecer sólidos vínculos emocionais com determinados indivíduos é componente básico da vida humana, já presente em forma germinal no neonato”.

As crianças “[...] precisam de pessoas em torno delas em quem possam confiar simplesmente em virtude do fato de que são seres humanos dignos de confiança, com uma capacidade comum para a amizade humana” (WINNICOTT, 1971).

É nesse contexto que o voluntariado em abrigos contribui para o desenvolvimento dos infantes. Por serem indivíduos que espontaneamente optam por dedicar seu tempo ao abrigo, podem contribuir para a criação de vínculos afetivos saudáveis. Ressalta-se que um olhar amoroso e respeitoso à criança, pode aumentar o senso de segurança em si mesma e, assim, aumentar a disponibilidade para aprender, superar e construir.

O vazio afetivo deixado pelos pais e pelo próprio abrigo, é

parcialmente preenchido nas relações com o grupo de amigos e voluntários, como mostra a conclusão de uma pesquisa de mestrado recente em um abrigo em São Paulo, onde as crianças revelaram a satisfação que sentiam por terem amigos, e como estas amizades facilitaram sua adaptação no abrigo. Ao fazerem parte de um grupo, elas sentiam que não estavam sozinhas, que podiam contar com alguém, que eram queridas e que tinham valor, quesitos que normalmente se busca na relação maternal (MONTES, 2006).

Tendo em vista essas afirmações, nota-se que o voluntário também pode auxiliar no processo educacional da criança. O verbo educar, do latim “educere” (e-ex ducere, tema de ducere: conduzir) dá uma primeira idéia de educar como guiar. Guiar, porém, é ao mesmo tempo indicar o rumo e/ou acompanhar na caminhada num determinado sentido. Educar é saber mostrar os diferentes caminhos e deixar que o caminhante siga sozinho, porém sempre sabendo que caso precise, ele terá alguém que faça mais do que lhe indicar o caminho (CHALITA, 2003).

Segundo Saltini (2002), educar seria conduzir ou criar condições para que a criança consiga desenvolver as estruturas da inteligência necessárias ao estabelecimento de uma relação lógica com o mundo. Nesse sentido, educar está relacionado a levar ao ser humano a possibilidade de conhecer o mundo.

O contato com o voluntário “derruba” os muros institucionais e de convívio restrito apenas com os funcionários da Instituição, integrando a vivência da criança com o mundo e ajudando-a a construir sua própria visão de universo. A cumplicidade entre querer ensinar e se permitir aprender, a troca continuada de experiências, de sonhos, de ideais e porque não dizer de amor, pode fazer do voluntário um agente importante no aprendizado da criança.

O voluntário pode ser visto como uma tentativa positiva de influência educadora, pois quando convive com uma criança, pode ter acesso a uma série de experiências de sua vida, tendo a

possibilidade de identificar situações de sofrimento e suas diversas reações. Sendo assim, os voluntários podem interferir na forma da criança lidar com o mundo, por se mostrarem capazes de amar, influenciar, transformar, ou seja, educar.

Nesse sentido, observa-se que muitas vezes o comportamento da criança diante do voluntário se diferencia do comportamento frente aos funcionários e educadores do abrigo. Algumas mostram-se resistentes às orientações vindas dos mesmos, recusando-se a desempenhar seu papel escolar, mostrando atitudes agressivas e resistência para refletirem sobre valores ensinados. Talvez isso ocorra pela revolta de se sentirem “enclausuradas”, pela falta de afinidade com o educador, pela simples recusa a ordens e padrões, ou pela profunda tristeza em que estão mergulhadas. Porém, muitas dessas crianças se mostram mais acessíveis às intervenções dos voluntários (CARVALHO, 2006).

No caso de uma aceitação da criança pelo voluntário, e do voluntário pela criança, essa pode se sentir mais segura e começar a mostrar maior escuta frente as intervenções da equipe. Na maioria dos casos, a criança se mostra receptiva a apegar-se a quem lhe fale afetuosamente e não cessam sorrisos, gentilezas e esforços para agradar o novo amigo com quem se vinculou (CARVALHO, 2006).

Além desses aspectos, percebe-se que o voluntário muitas vezes surge para promover atividades recreativas com as crianças e adolescentes. Vale lembrar que ao contrário do que muitas pensam, o jogar não é simples atividade de recreação ou passatempo, mas a forma mais completa que a criança tem de se comunicar, de desenvolver a auto-estima, a imaginação, a confiança, o controle, a criatividade, a cooperação e o relacionamento interpessoal (FORTUNA, 2002).

No campo da Psicologia do Desenvolvimento, o jogo é condição de possibilidade de determinados processos e relações, marco na evolução cognitiva do sujeito. A criança quando brinca,

aprende a se expressar no mundo, criando ou recriando novos brinquedos e, com eles, participando de novas experiências e aquisições. No convívio com outras pessoas trava contato com a sociabilidade espontânea, ensaia movimentos do corpo e experimenta novas sensações (CARVALHO, 2006).

Brincadeiras e jogos também surgem para dominar angústias, controlar impulsos e assimilar emoções e sensações. O brincar possibilita o estabelecimento de contatos sociais, a compreensão do meio, a satisfação de desejos e desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e criatividade. Brincar proporciona um senso de continuidade, permanência e pertencimento. As interações que oportunizam os jogos favorecem a superação do egocentrismo, desenvolvendo a solidariedade, a empatia e principalmente, introduzindo novos sentidos à vida da criança (SANTOS, 1997).

Além de atividades recreativas, enfatiza-se a importância da atenção e escuta direcionadas às crianças e adolescentes nas atividades voluntárias. Segundo Vicente (1999), a escuta é fundamental, desde que o voluntário evite julgamentos e concepções preconceituosas acerca das problemáticas morais, sociais e emocionais que irão encontrar em cada “história”.

Momentos de conversas coletivas, de cantoria, de leitura em grupo, de narrativa popular podem ser momentos de restauração, de trégua, e também, de elaboração. As estórias, os contos têm sempre uma mensagem, uma lição. Mas a atmosfera criada nestas atividades, talvez seja mais importante do que o recado verbal (VICENTE, 1999).

Com base nas considerações citadas acima, acreditamos que o voluntário, quando orientado, possui um papel importante no processo de crescimento e desenvolvimento educacional das crianças e adolescentes institucionalizados. O trabalho do voluntário surge para agregar e auxiliar, porém, não substitui o trabalho realizado pela equipe de profissionais do abrigo.

Porém, para que ocorra um trabalho efetivo, o voluntário precisa acreditar que o vínculo formado com a criança é de extrema

importância e que pode levá-la a entrar em contato com aspectos da realidade até então desconhecidos, como a afetividade e respeito. A importância dos vínculos construtivos necessita ser trabalhada com os colaboradores, visto que muitas vezes não possuem conhecimentos profundos acerca da infância e das características da população atendida. Esse trabalho também se constitui em um processo educacional e de orientação a ser

realizado continuamente pela equipe técnica do abrigo. Percebe-se, então, a necessidade de um programa de acompanhamento para que o trabalho do voluntário possa atingir seus objetivos, dentre eles o de proporcionar acolhimento emocional e atividades diversificadas, que proporcionem crescimento dentro do contexto educacional na instituição.

REFERÊNCIAS

BOWLBY, J. **Maternos**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CARVALHO, B. A. C. **A estruturação do programa de voluntariado no Lar Sírio Pró-Infância**. Monografia de especialização – Fundação Getúlio Vargas - FGV, São Paulo, 2006.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Coord.). **Trabalhando Conselhos de Direitos**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1993.

CECIF - Centro de Capacitação e Incentivo à formação (Org.). **Dialogando com abrigos**. p 17, 18 e 20. São Paulo. 2004.

CHALITA, G. **Pedagogia do amor: a contribuição das histórias universais para a formação de valores das novas gerações**. São Paulo: Editora Gente, 2003.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei nº 8069 de 13-07-90. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 437p.

FORTUNA, T. R. Papel do brincar: aspectos relevantes a considerar no trabalho lúdico, **Revista do Professor**, n 71, p. 9, jul./set. 2002.

GUARÁ, I. M. F. da R. E. et al. **Trabalhando abrigos**. 2.ed., Ver. E ampl. São Paulo: IEE/PUC-SP. 1998.

MARCÍLIO M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS M. C. (Org.). **História social da Infância no Brasil**. 3. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 53-79.

MONTES, D. C. **O significado da experiência de abrigo e auto-imagem da criança em idade escolar**. 2006. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública. Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2006.

SANTOS, C. A. Jogo: fator de socialização que favorece a construção do conhecimento. **Revista do Professor**, n 50, p. 9-13 abr./jun. 1997.

SALTINI, C. J. P. **Afetividade e Inteligência: a emoção na educação**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. v. 1.

VICENTE, C. M. **Abrigos: desafios e perspectivas**. 1998. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade de São Paulo -USP. São Paulo, 1998.

WINNICOT, D.W. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1971.